

ENSAIO SOBRE CEGUEIRAS¹: CRUZAMENTOS INTERSECCIONAIS E (IN)VISIBILIDADES NOS MEDIA

Carla Cerqueira* e Sara I. Magalhães**

Tinha estado com os olhos abertos sempre, como se por eles é que a visão tivesse de entrar, e não renascer de dentro, de repente disse, Parece-me que estou a ver, era melhor ser prudente, nem todos os casos são iguais, costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisa que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras [...] Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem (Saramago 2016, 342-44).¹

A interseccionalidade oferece inúmeras oportunidades para interrogar os nossos próprios pontos cegos e transformá-los em recursos analíticos para uma mais profunda análise crítica (K. Davis 2008, 77).²

A atualidade não se pode dissociar de vivências multideterminadas e sempre presentes. Quer sejamos atravessadas/os por privilégios ou opressões, e sobretudo por ambas, nos mais variados contextos, é impossível minimizar o impacto que estes têm na sedimentação ou desconstrução das relações de poder, na nossa subjetividade e experiências diárias.

* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 4710-057 Braga, Portugal. Universidade Lusófona do Porto, 4000-098 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: carlaprec3@gmail.com

Endereço postal: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

** Centro de Psicologia da Universidade do Porto, FPCE, Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço eletrónico: saraisabelmagalhaes@gmail.com

Endereço postal: Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal.

¹ Partimos da obra de José Saramago, *Ensaio sobre a cegueira*, que, retratando metaforicamente a sociedade moderna Ocidental destaca, através da sua escrita paradoxal, modos de interação social. De salientar que, num cenário de cegueira, a mulher presente na obra é a que se apresenta com visão mais lúcida – mimetizando uma consciência que simbolicamente representa as/os oprimidas/os –, conhecimento de si e consciência do seu lugar na sociedade. Esta personagem adquire especial destaque por se opor às restantes que dissimulam o seu eu (*self*) para se conformarem às regras de uma sociedade normalizada. O recurso a este epíteto pretende desafiar cada um/a de nós a refletir sobre as múltiplas cegueiras que nos constroem quotidianamente.

² No original: «*Intersectionality offers endless opportunities for interrogating one's own blind spots and transforming them into analytic resources for further critical analysis*».

Como parte significativa destas experiências encontram-se os *media*. A sua presença, multiplicidade e acessibilidade são uma constante, nomeadamente com a emergência e proliferação das mais variadas tecnologias da informação e comunicação. Estas funcionam como plataformas possibilitadoras ou intensificadoras de performatividade identitária e diversidade de subjetivação, que escapa e que se (in)visibiliza numa categorização uniaxial e hierarquizada.

A teoria da interseccionalidade (e.g. Crenshaw 1991; McCall 2005; Nogueira 2011, 2013; May 2014), difundida sobretudo a partir da década de 1980, promove assim uma importante desconstrução de uma categorização social que possibilita e reifica assimetrias de poder, o pensamento de um só eixo (*single-axis*) e universal de género (*gender-universal*), procurando questionar matrizes de dominação e subordinação, de desigualdades e privilégios. Esta perspetiva pretende enfatizar a existência de vários eixos de desigualdade, não se resumindo, assim, a uma mera adição de categorias, antes apontando para o entrecruzar com o género – ainda que não numa matriz hierarquizada (May 2014) – enquanto elemento político de promoção de igualdade, de cidadania e do sistema democrático (McCall 2005; Nogueira 2011, 2013). Trata-se, pois, de uma proposta ampla, teórica e política, que se propõe escapar às matrizes sociais que «sujeita[m] a interseccionalidade às formas epistémicas de dominação que pretende desconstruir» (May 2014, 95).

Partindo da abordagem interseccional enquanto um conceito/recurso útil da pesquisa feminista, este dossiê pretende destacar a importância de olhar os *media* nas suas múltiplas variantes como elementos/instrumentos de desconstrução de hierarquias de «pessoalidade» (*personhood*) pela promoção de representações que não ignorem as relações de poder existentes e que contribuam para atenuar as situações de apagamento, secundarização e desigualdade social. Além disso, visa iluminar pesquisas académicas enraizadas numa perspetiva feminista contemporânea, que vai além das questões de homens e mulheres e que integra um «espectro muito mais amplo, pela sua hifenização [...] com outros movimentos e outras preocupações sociais e políticas» (Oliveira 2015, 75). Aliás, é também da emergência das tradições do feminismo negro e dos movimentos de libertação pós-coloniais que surge a abordagem interseccional, a qual tem «viajado» pelos mais diversos contextos geográficos e de investigação científica (Salem 2016) – não ignorando portanto os contextos de partida e os posicionamentos de onde se fala (cf. Bose 2012)³.

³ Concordamos com Christine Bose quando destaca que «não só a dicotomia Norte global/Sul global é uma representação pobre da realidade, como o mapeamento geográfico de muitas desigualdades de género revela (Seager 2009), mas desenvolvimentos teóricos nas últimas décadas começaram a expor a variação interseccional entre as questões e regiões do mundo e têm ilustrado como as dicotomias geográficas podem homogeneizar condições reais» (2012, 70); no original: «Not only is the global North/global South dichotomy a poor depiction of reality, as geographic mapping of many gender inequalities reveals (Seager 2009), but theoretical developments over the past several decades have begun to expose the intersectional variation across issues and regions of the world and have illustrated how geographic dichotomies can homogenize real conditions».

Interseccionalidade: surgimento, trajetória e desafios emergentes

Como afirma Kathy Davis (2008, 2014), a interseccionalidade tem-se vindo a tornar numa expressão na moda (*buzzword*) no movimento feminista contemporâneo, uma vez que potenciou a utilização de uma terminologia simples para nomear uma complexa e compreensiva abordagem identitária que considera, simultaneamente e com o mesmo grau de centralidade, vários posicionamentos dos quais os indivíduos são reféns devido às suas diferentes pertenças sociais (e.g. de género, classe social, raça/etnia, orientação sexual, idade, diversidade funcional, entre outras). Trata-se de um conceito extremamente «elástico», na designação de Sara Salem (2016), usado em diferentes projetos teóricos e políticos, e também cooptado pela academia neoliberal, daí que seja fundamental recuperar como é que este surge, qual a sua trajetória e que tipo de desafios lhe são colocados na atualidade.

A autoria do termo interseccionalidade foi atribuída à feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, na década de 1990, que a conceptualiza com o propósito de destacar que as experiências e lutas das mulheres negras se têm perdido nos limites quer do discurso feminista, quer do discurso antirracista (K. Davis 2014). É, no entanto, de salientar que esta proposta emerge do debate alargado do movimento feminista negro e dos movimentos de libertação pós-coloniais sobre as limitações que estes tinham nas suas lutas por igualdade de direitos, procurando estabelecer meios mais dinâmicos de conceptualizar a construção social da diferença e as estruturas de poder que condicionam práticas e representações quer ao nível individual, quer institucional (Anthias 2013). Portanto, com um potencial político e crítico muito marcado (Salem 2016) em torno da teorização da identidade e opressão (Nash 2008).

Em 1988, Deborah King tentou partir com uma proposta que relaciona as três dimensões consideradas fundacionais desta abordagem: ameaça/perigo do género, raça/etnicidade e classe social; o conceito de «*triple jeopardy*» (K. Davis 2014) pode ser considerado, na sua génese, precursor dos movimentos mais contemporâneos da interseccionalidade. King (1988) defendia que explorar o modo como – com a introdução por camadas das categorias de desigualdade – é transformada a experiência do indivíduo, tornando-o mais vulnerável e mais subordinado, é essencial para uma mudança no foco das lutas pela igualdade.

Esta visão inicial, mais aditiva, veio permitir uma reflexão mais focalizada nestas três categorias identitárias – classe-género-«raça», os «*Big Three*» (e.g. A. Davis 1981; hooks 1984).⁴ Outra autora a destacar é Patricia Hill Collins (1990, 1993, 1998, 2001, citada em Anthias 2013, 5) que

⁴ Mais tarde Fiona Williams (1989 cit in Hearn 2011) veio complementar esta proposta com a consideração de categorias como idade, incapacidade (diversidade funcional) e sexualidade, perfazendo o chamado «*big six*».

usando a noção de opressões interligadas através de uma «matriz de dominação» (Collins 1990, 276), que se relaciona com vários domínios de poder (identificados como estruturais, disciplinares, hegemónicos e interpessoais), fornece uma abordagem que relaciona o contexto social, económico e político dentro do qual as opressões ligadas ao género, raça e classe se interseccionam e organizam (Anthias 2013, 5).⁵

É, portanto, neste contexto que a interseccionalidade de Crenshaw ganha sentido e espaço enquanto proposta de ação crítica, com dimensão teórica e metodológica. Ainda que não inteiramente pioneiro, o conceito de interseccionalidade teve um papel mediador ao aproximar dois importantes debates do movimento feminista contemporâneo, nomeadamente vindo a: 1) permitir conhecer os efeitos da raça/etnia, classe e género nas identidades, experiências e lutas das mulheres e na sua capacidade de empoderamento; 2) auxiliar as perspetivas pós-modernas na desconstrução do oposicionismo binário e do inerente universalismo dos paradigmas modernos (K. Davis 2014).

Kathy Davis refere mesmo que, impulsionada por estes contributos reflexivos, a formulação da interseccionalidade

parecia ideal para a tarefa de explorar como as categorias de raça, classe e género estão entrelaçadas e são mutuamente constitutivas, dando centralidade a questões de como a raça é «genderizada», o género «racializado» e como ambos estão ligados às continuidades e transformações da classe social (K. Davis 2014, 18)⁶

ao mesmo tempo que correspondia ao projeto pós-moderno de conceptualização múltipla e fluida das identidades (K. Davis 2014). No entanto, e como relembra a autora, ao mesmo tempo que as questões da diferença e diversidade se mostram importantes, quer para o projeto político de explorar as interações entre as categorias de género, raça ou classe social, quer para o projeto desconstrutivo da teoria feminista pós-moderna, estas também colocam em sobressalto a viabilidade da manutenção de um projeto feminista mais global e integrador (K. Davis 2008).

A interseccionalidade conceptualiza-se assim como a «interatividade de estruturas de identidade social como raça, classe e género na promoção de experiências de vida, especialmente experiências de privilégio e opressão»⁷ (Gopaldas 2013, 90). A posterior expansão para além destas três categorias veio visibilizar expe-

⁵ No original: «Using the notion of interlocking oppressions organised through a 'matrix of domination' ([Collins] 1990: 276) relating to various domains of power (identified as structural, disciplinary, hegemonic and interpersonal), she provides an approach which relates to the social, economic and political context 'within which intersecting oppressions' linked to gender, race and class are organised».

⁶ No original: «Intersectionality seemed ideally suited to the task of exploring how categories of race, class and gender are intertwined and mutually constitutive, giving centrality to questions like how race is 'gendered', gender 'racialized', and how both are linked to the continuities and transformations of social class».

⁷ No original: «The concept of 'intersectionality' refers to the interactivity of social identity structures such as race, class, and gender in fostering life experiences, especially experiences of privilege and oppression».

riências concretas que, ainda assim, permaneciam obscuras. Este alargamento veio incluir as mais diversas estruturas sociais de identidade dando expressão às formas de privilégio e opressão (Gopaldas 2013). Neste sentido, a teoria da interseccionalidade veio permitir uma forma, inteligível e acessível, de nomeação desta complexa e compreensiva perspetiva da identidade, em que se valida o carácter multidimensional dos posicionamentos socialmente disponíveis.

Como destacam Gopaldas e DeRoy:

Somente uma abordagem interseccional considera todas as interseções de todas as identidades, originando conclusões mais inclusivas do que uma abordagem unidimensional;

Apenas uma abordagem interseccional reconhece a heterogeneidade das representações dentro de cada categoria de identidade, resultando em conclusões mais precisas do que uma abordagem unidimensional;

Somente uma abordagem interseccional expõe instâncias de invisibilidade interseccional e travestimentos interseccionais, gerando conclusões mais radicais do que uma abordagem unidimensional (2015, 360).⁸

Contudo, não podemos formular a interseccionalidade como uma proposta consensual e unidireccional. Segundo a análise de Baukje Prins (2006), podemos localizar uma interseccionalidade mais sistémica – com contributos das norte-americanas Angela Davis (1981), Audre Lorde (1984) ou Patricia Hill Collins (1991), e de uma mais construcionista – mais britânica e assente nos contributos de Floya Anthias e Nira Yuval-Davis (1992), Paul Gilroy (1987) ou Beverley Skeggs (1997). Ainda que ambas as abordagens se posicionem como antiessencialistas, a perspetiva sistémica destaca o impacto que os sistemas ou estruturas têm na formação das identidades, enquanto a perspetiva mais construcionista se focaliza nos aspetos relacionais e dinâmicos da identidade social (Prins 2006).

Assim, a perspetiva sistémica da interseccionalidade parte das noções Foucaultianas de poder. Nesta leitura, o ser humano é constituído por sistemas de dominação e marginalização e enquanto portador passivo da significação social das suas categorias de pertença. A identidade e identificação são vistas como predominantemente percebidas como modos de categorização e nomeação, ignorando a agência dos sujeitos pela interpretação das construções identitárias como contingentes (cf. Prins 2006).

Contrariamente, a perspetiva construcionista da interseccionalidade olha os indivíduos não apenas como sendo sujeitos aos contornos sociais, mas como

⁸ No original: «*Only an intersectional approach considers all intersections of all identities, generating more inclusive conclusions than a unidimensional approach; Only an intersectional approach recognizes the heterogeneity of representations within each identity category, generating more precise conclusions than a unidimensional approach; Only an intersectional approach exposes instances of intersectional invisibility and intersectional travesty, generating more radical conclusions than a unidimensional approach*».

sendo de certa forma subordinados a um soberano ou anónimo sistema de poder, onde se «tornam» sujeitos em função da sua agência e participação. A sua identidade não é, portanto, perspectivada como nominativa mas como parte de uma narrativa em que o sujeito é simultaneamente ator e coautor de percursos. Assim, a construção da identidade não se baseia numa distorção ideológica de opressão, pelo contrário radica nas experiências, subjetividades e performances individuais (cf. Prins 2006).

Em suma, ambas as abordagens partem de pressupostos distintos para dar resposta a objetivos comuns de aprofundamento da diferença e da diversidade humana. As incompatibilidades metodológicas verificadas surgem sobretudo da amplitude do modelo/teoria e são vistas principalmente como um elemento positivo, expansionista e de sustentabilidade. Leslie McCall (2005) veio precisamente tentar dar resposta a esta variabilidade metodológica ao propor três abordagens distintas de implementação: a abordagem anticategorial (baseada na total desconstrução das divisões categoriais), a intracategorial (que reconhece mas questiona a forma como são definidas as fronteiras das categorias) e a intercategorial ou categorial (que apesar de um posicionamento crítico, observa as relações estáveis e duradouras que ocorrem no seio das categorias) (cf. Nogueira 2013).

A premissa transformadora da interseccionalidade postula, portanto, a importância de ir para além das construções primárias e essencializadas da nossa identidade e olhar os cruzamentos e interseções entre os vários eixos de pertença, visibilizando indivíduos que geralmente estariam, pelo seu posicionamento, fora de uma predeterminada forma de olhar, sendo assim ignorados ou marginalizados (Oprisko e Caplan 2014) – o que Purdie-Vaughns e Eibach (2008) apelidaram de invisibilidade interseccional (*intersectional blindness*). Não podemos, portanto, deixar de ressaltar a importância dos contextos de pertença que permitem uma concretização ao nível da produção e reprodução de discriminações e subordinações, e que a noção de interseção de categorias não nos permite apreender *per se* (Anthias 2013). De facto, como relembra Kathy Davis (2014), a interseccionalidade coincide perfeitamente com o modo pós-moderno de conceptualizar as identidades enquanto múltiplas, fluidas e em mutação. Ao mesmo tempo, promete tratar (e reparar) as exclusões que desempenharam um papel tão angustiante na erudição feminista através do procedimento (enganosamente) fácil de «fazer a outra pergunta» (K. Davis 2008, 70). Assim, não apenas responde positivamente às propostas Foucaultianas sobre o poder e o dinamismo das categorias – por oposição a saber normalizadores e homogeneizadores – como permite também partir de conhecimentos situados (Haraway 1988) para uma integração da reflexividade do/a investigador/a na sua produção crítica de conhecimento (Lykke 2010). Na voz de Stuart Hall (1996, citado em Prins 2006, 281) «somos simultaneamente menos e mais do que a soma das categorias sociais com as quais somos identificados».⁹

⁹ No original: «we are simultaneously less and more than the sum of the social categories with which we are identified».

Como sintetiza Conceição Nogueira,

as diferentes pesquisas (com diferentes metodologias) feministas deverão poder permitir a (des)ocultação e (des)construção das categorias opressivas, a demonstração da forma como elas operam em termos de matrizes de subordinação e privilégio, para no seu conjunto se «construir» conhecimento válido e útil que permita alcançar e potenciar experiências de vida com qualidade e sem vivências de desigualdade (2013, 238).

Concordamos, pois, com Kathy Davis (2014) ao concluir que uma proposta tão abrangente e desafiadora não podia senão ser cativamente abraçada pela comunidade académica (e ativista) feminista. Além disso, trata-se de um conceito extremamente útil para abordar as relações de poder existentes. Contudo, também há vários pontos cegos da utilização atual da abordagem (Salem 2016), paradoxos (Nash 2008) e desafios, pois, como menciona Sara Salem (2016), sempre que um conceito viaja incorpora mutações e é necessária atenção para que não se esvazie o conceito dos seus significados originais. No caso da interseccionalidade, a sua trajetória, como tentámos demonstrar sumariamente, faz com que se possa dizer que é uma das formas dominantes de pesquisa feminista, que permite incluir ontologias e epistemologias muitas vezes em conflito (Salem, 2016). Na linha de pensamento de Bilge (2013), Salem (2016) sustenta ainda que este aparente consenso, que muitas vezes relega ou mostra a ambiguidade da sua genealogia, ignora que esta é uma área de conflito. Portanto, de acordo com Salem (2016) é fundamental analisar as condições neoliberais que provocaram a mudança da interseccionalidade enquanto ontologia radical a abordagem académica e liberal de género.

De mencionar também que se a interseccionalidade tem funcionado em diversos casos como um recurso extremamente útil para pensar o entrecruzar de situações de opressão e privilégio, em termos metodológicos continua ainda bastante ambígua ou ausente a sua aplicação (Nash 2008, Salem 2016).

Concordamos que não pode existir uma interseccionalidade despolitizada e que é necessário escapar da desradicalização das formas de produção do conhecimento científico. É precisamente nesta linha de pensamento que inscrevemos este dossiê, no sentido de cumprir o seu potencial crítico e de tentar fugir à institucionalização (Nash 2008) da abordagem caracterizada pelo neoliberalismo que cada vez mais tende a marcar a academia.

Nesta ótica de questionamento, como se perceberá pelo dossiê, a interseccionalidade é também bastante relevante enquanto modo de olhar a construção mediática da sociedade e os seus impactos na desconstrução ou sedimentação de relações de poder, nas experiências e subjetividades dos indivíduos. Considera-se, assim, que este olhar que recorre à abordagem interseccional é premente porque uma grande parte do trabalho académico que tem sido feito no âmbito dos chamados estudos feministas dos *media*, em diversos contextos geográficos, centra-se unicamente numa análise de género e não problematiza o entrecruzar de situações de opressões e privilégios. No caso deste dossiê, reflete-se, pois, sobretudo

uma desconstrução categorial que olha género, raça/etnia e classe social, mas também orientação sexual, participação e cidadania. Propõe-se visibilizar o invisível e, no caso dos *media*, o que não é geralmente nomeado remetendo-nos para uma cegueira coletiva face a vivências específicas reflexo da interseção de posicionamentos de opressão e/ou privilégio. Como sistematiza Gopaldas (2013, 91),¹⁰

Num nível macro de análise, o conceito de interseccionalidade refere-se à multiplicidade e interatividade de estruturas de identidade social como raça, classe e género. Num nível micro de análise, a implicação da interseccionalidade é que cada pessoa na sociedade está posicionada na interseção de múltiplas estruturas de identidade social e, portanto, está sujeita a múltiplas vantagens e desvantagens sociais.

De realçar também que este dossiê congrega estudos que se focam em contextos geográficos diversificados – Portugal, Espanha, Brasil, Moçambique e EUA –, bem como em diferentes plataformas mediáticas. E, tal como sustentam DeFrancisco e Palczewsky (2007), tudo é modelado pelo contexto e as diferenças não existem num vazio político, daí a importância de um olhar situado.

Acima de tudo, ao iluminar várias das cegueiras que vão persistindo em muitas esferas e ao fomentar a reflexividade, as pesquisas que aqui congregamos lançam alguma esperança no sentido de esbater assimetrias simbólicas que são perpetuadas por vários *media*, bem como de os lançar no debate enquanto plataformas e atores sociais que potenciam resistência social em diferentes contextos geográficos. Simultaneamente, este dossiê traz para a reflexão um olhar para além dos conteúdos produzidos, perspetivando também as interações destes com os seus públicos e os efeitos potenciados/limitados por esta mediação. Além disso, aponta, mesmo que por vezes indiretamente, para a necessidade da academia, das políticas públicas e dos organismos da esfera mediática e da sociedade civil incorporarem uma abordagem interseccional que não ignore as múltiplas formas de desigualdade social que persistem e que a investigação não pode contribuir para aquilo que Hancock (2007 citado em Alonso 2012, 609), recorrendo a Martinez, apelida de «olimpíadas da opressão». Nos dias de hoje, são necessários múltiplos tipos de abordagens interseccionais, de forma a definir as agendas atuais e futuras da investigação (Bose 2012). Esta questão é um verdadeiro desafio para os estudos feministas, visibilizando o que muitas vezes fica na penumbra. Aliás, como escreveu Saramago (2016, 225), «cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança».

¹⁰ No original: «At a macro-level of analysis, the concept of intersectionality refers to the multiplicity and interactivity of social identity structures such as race, class, and gender. At a micro-level of analysis, the implication of intersectionality is that every person in society is positioned at the intersection of multiple social identity structures and is thus subject to multiple social advantages and disadvantages».

Contributos deste dossiê especial

Este dossiê inicia-se com uma contribuição de Carolyn Byerly, que reflete criticamente – partindo da experiência autobiográfica enquanto investigadora no campo dos estudos feministas dos *media* – sobre a importância da abordagem interseccional. Mais do que um artigo, este primeiro texto apresenta-se sob a forma de comentário, lançando a discussão sobre os contributos da investigação feminista crítica e pós-colonial nos *media* e noutras áreas da comunicação para a teoria feminista, nomeadamente no que concerne aos desafios e tensões que perpassam os estudos que partem de uma abordagem interseccional. A autora salienta no artigo que a investigação com uma abordagem interseccional deve considerar os aspetos relacionados com a propriedade dos *media*, as políticas de comunicação e as práticas estruturais ligadas ao capitalismo, as quais permitem práticas discriminatórias.

Por sua vez, o artigo de Mariana Menezes e Vanessa Cavalcanti transporta-nos para as vivências digitais no contexto brasileiro, nomeadamente as de violência e objetificação (do corpo) feminina. Ao longo do texto é composto um conjunto de experiências *online* que permitem enquadrar dois casos mais específicos. O texto reclama não apenas a veracidade da violência simbólica e física, mas sobretudo o debate sobre a responsabilização por estas formas de violência de género. Destaque-se que estes episódios de violência penalizam em primeiro lugar e em maior grau a vítima, mulher, do que o seu perpetrador. As autoras incitam-nos então a uma reflexão sobre os (ab)usos do corpo feminino enquanto objeto privilegiado de uma sociedade do espetáculo, da fama e da imediaticidade que o *online* permite. Mas não sem perspetivar pontos de resistência (nomeadamente blogues feministas) onde a mulher é o centro da desconstrução de estereótipos, de poderes e saberes institucionalizados que mantêm no digital rotinas tradicionais, do *offline*, de subjetivação assimétrica de mulheres e homens.

Continuando a observar o *online*, Daniel Cardoso e Cristina Ponte trazem um olhar interseccional sobre a participação cívica de jovens portugueses. O contributo deste texto centra-se numa reflexão dupla, quer de matrizes de opressão e privilégio que atravessam percursos de jovens portugueses, quer a de um engajamento político destas/es em lutas de cidadania (nomeadamente sexual). Partindo das múltiplas possibilidades de interseção, Cardoso e Ponte convocam posicionamentos críticos para desconstruir discursos de privilégio e as vivências *online* enquanto experiência corporizada de cidadania, de onze jovens (17–20 anos). Questionam-se não apenas dinâmicas identitárias e de participação, mas também a estabilidade dicotómica das fronteiras que as atravessam. Conclui-se, assim, que o olhar interseccional permite não apenas olhar a diversidade de posições possíveis, mas sobretudo questionar a fluidez de elementos identitários vistos tradicionalmente como estanques e imutáveis.

O texto de Nelson Souza, Virítiana Almeida e Daniela Drummond tem como foco *Sexo e as Negas*, uma série brasileira que surgiu como tradução para este contexto do formato *Sex and the City*. Desde logo, o formato desafia à exploração do

ideário afetivo e emocional de mulheres negras brasileiras. Este artigo vem, portanto, propor um olhar sobre o cruzamento das categorias género x raça x classe social através de uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos da série, elementos que permitem compreender as repercussões sociais de representações sociais essencializadas, mas em dinâmica interação e subversão de poderes. Sendo uma série de sucesso, apesar do horário mais noturno, veio permitir janelas de discussão regulares de temáticas que nem sempre conseguem passar na agenda mediática. Destacando-se, contudo, o que mais atravessa as temáticas da série – o estereótipo racial que penaliza duplamente as mulheres brasileiras. O que partia como um espaço de questionamento e subversão de discursos sociais veio a constituir-se como mais um meio a inibir o empoderamento e resistência face às vivenciadas assimetrias de poderes.

No texto *Das margens para o ecrã: mulheres na ficção cinematográfica moçambicana*, Ana Cristina Pereira convoca a abordagem interseccional para analisar dois filmes moçambicanos contemporâneos – *O Jardim do Outro Homem* (2006), de Sol de Carvalho, e *Virgem Margarida* (2012), de Licínio Azevedo – em que se relacionam as dimensões de género, raça e classe. Depois de apresentar algumas premissas da teoria interseccional, a autora traça uma breve historiografia do cinema moçambicano até à atualidade, para contextualizar as longas-metragens de ficção que são analisadas. Através de uma análise de carácter crítico discursivo, a autora reflete de que forma estas narrativas fílmicas propõem representações hegemónicas ou alternativas das mulheres na sociedade moçambicana. No texto, ressalta-se a natureza polissémica do cinema moçambicano, ancorado numa perspetiva comprometida social e politicamente, a qual traz para a discussão problemáticas como sexismo, classismo, abuso de poder e etnicidade.

Ana Belén Puñal Rama e Ana Tamarit apresentam um artigo centrado na construção mediática do estigma de prostituta em Espanha, procurando trazer para a discussão a necessidade da abordagem interseccional, a qual tem estado muitas vezes ausente das pesquisas sobre género e comunicação. A análise de discurso apresentada tem como foco os artigos de informação e opinião dos jornais *El País* y *ABC* publicados desde o final da ditadura franquista espanhola (1977) até 2012. Através de uma análise longitudinal, as autoras concluem que estes meios de comunicação social, embora de formas diferentes e que acabam por marcar os seus posicionamentos editoriais completamente distintos, constroem um discurso que simplifica a realidade da prostituição e estigmatiza quem a exerce. Apresentam uma visão heteropatriarcal da questão, pois a mulher antes de tudo é prostituta, uma «outra», uma «hipervítima» a partir de uma perspetiva abolicionista.

A encerrar o dossiê, Alexandra Figueiredo e Carla Martins apresentam uma análise do contexto português sobre *O cruzamento entre género e nacionalidade e a perspetiva da regulação de conteúdos mediáticos*. O estudo apresentado tem como foco a ação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) no combate à discriminação de género e estereotipização, nomeadamente quando esta se cruza

com a nacionalidade, nos conteúdos mediáticos. As autoras concluem que cada caso e meio de comunicação exige uma análise específica. O regulador tende a privilegiar a liberdade de expressão e de criação quando se trata de conteúdos humorísticos ou espaços de comentário e opinião, já no caso de conteúdos jornalísticos que violem os princípios éticos, deontológicos e legais dos *media* informativos ressalta-se a responsabilidade social e são aplicadas as respetivas sanções.

Referências Bibliográficas

- Alonso, Alba. 2012. «Intersectionality by other means? New Equality Policies in Portugal». *Social Politics* 19 (4):596-621. Doi: <https://doi.org/10.1093/sp/jxs017>
- Anthias, Floya. 2013. «Intersectional what? Social divisions, intersectionality and levels of analysis». *Ethnicities* 13 (1):3-19. Doi: <https://doi.org/10.1177/1468796812463547>
- Anthias, Floya, e Nira Yuval-Davis. 1992. *Racialized Boundaries. Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle*. Londres: Routledge.
- Bilge Sirma. 2013. «Intersectionality undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies». *Du Bois Review: Social Science Research on Race* 10 (2):405-424. Doi: <https://doi.org/10.1017/S1742058X13000283>
- Bose, Christine. 2012. «Intersectionality and Global Gender Inequality». *Gender & Society* 26 (1):67-72. Doi: <https://doi.org/10.1177/0891243211426722>
- Collins, Patricia Hill. 1991. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Nova Iorque: Routledge.
- Crenshaw, Kimberlé. 1991. «Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence against Women of Color». *Stanford Law Review* 43 (6):1241-1299. Doi: <https://doi.org/10.2307/1229039>
- Davis, Angela. 1981. *Women, Race and Class*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Davis, Kathy. 2008. «Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful». *Feminist Theory* 9 (1):67-85. Doi: <https://doi.org/10.1177/1464700108086364>
- Davis, Kathy. 2014. «Intersectionality as Critical Methodology». Pp. 17-29 in *Writing Academic Texts Differently: Intersectional Feminist Methodologies and the Playful Art of Writing*, editado por Nina Lykke. Londres: Routledge.
- DeFrancisco, Victoria Pruin, e Catherine Helen Palczewski. 2007. *Communicating Gender Diversity. A critical approach*. Londres. Sage Publicacions. Doi: <https://doi.org/10.4135/9781483329284>
- Gilroy, Paul. 1987. *There Ain't No Black in the Union Jack*. Chicago: Chicago University Press.
- Gopaldas, Ahir. 2013. «Intersectionality 101». *Journal of Public Policy & Marketing* 32:90-94. Doi: <https://doi.org/10.1509/jppm.12.044>
- Gopaldas, Ahir, e Glenna DeRoy. 2015. «An intersectional approach to diversity research». *Consumption Markets & Culture* 18 (4):333-364. Doi: <https://doi.org/10.1080/10253866.2015.1019872>
- Haraway, Donna J. 1988. «Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective». *Feminist Studies* 14 (3):575-599. Doi: <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Hearn, Jeff. 2011. «Neglected Intersectionalities in Studying Men: Age(ing), Virtuality, Transnationality». Pp. 89-104 in *Framing Intersectionality. Debates on a Multi-Faceted*

- Concept in Gender Studies*, editado por Helma Lutz, Maria Teresa Herrera Vivar e Linda Supik. Surrey: Ashgate.
- hooks, bell. 1984. *Feminist Theory: From Margin to Center*. Cambridge, MA: South End Press.
- King, Deborah K. 1988. «Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness: The Context of a Black Feminist Ideology». *Signs* 14 (1):42-72. Doi: <https://doi.org/10.1086/494491>
- Lorde, Audre. 1984. *Sister Outsider*. Trumansberg: The Crossing Press.
- Lykke, Nina. 2010. *Feminist Studies: A Guide to Intersectional Theory, Methodology and Writing*. Nova Iorque: Routledge.
- May, Vivian M. 2014. «'Speaking into the Void?'. Intersectionality critiques and Epistemic Backlash». *Hypatia* 29 (1):94-112. Doi: <https://doi.org/10.1111/hypa.12060>
- McCall, Leslie. 2005. «The complexity of intersectionality». *Signs* 30 (3):1771-1800. Doi: <https://doi.org/10.1086/426800>
- Nash, Jennifer, 2008, Rethinking intersectionality. *Feminist Review* 89(1): 1-15. Doi: 10.1057/fr.2008.4
- Nogueira, Conceição. 2011. «Introdução à teoria da interseccionalidade nos Estudos de Género». Pp. 67-78, in *Género e Ciências Sociais*, editado por Sofia Neves. Maia: Edições ISMAI.
- Nogueira, Conceição. 2013. «A teoria da Interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminista crítica». Pp. 227-248 in *Práticas Sociais, políticas públicas e direitos humanos*, editado por Ana Lúcia Brizola et al. Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC.
- Oliveira, João M. 2015. «Mil Géneros». *Vírus* 7:74-76.
- Oprisko, Robert Lee, e Josh Caplan. 2014. «Beyond the Cake model: Critical intersectionality and the relative advantage of disadvantage». *Epiphany: Journal of Transdisciplinary Studies* 7 (2):35-54. Doi: <https://doi.org/10.21533/epiphany.v7i2.107>
- Prins, Baukje. 2006. «Narrative Accounts of Origins. A Blind Spot in the Intersectional Approach?» *European Journal of Women's Studies* 13 (3):277-290. Doi: <https://doi.org/10.1177/1350506806065757>
- Purdie-Vaughns, Valerie, e Richard Eibach. 2008. «Intersectional Invisibility: The Distinctive Advantages and Disadvantages of Multiple Subordinate-Group Identities». *Sex Roles* 59 (5):377-391. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11199-008-9424-4>
- Salem, Sara. 2016. «Intersectionality and its discontents: Intersectionality as traveling theory». *European Journal of Women's Studies*. Doi: <https://doi.org/10.1177/1350506816643999>
- Saramago, José. 2016. *Ensaio sobre a cegueira*. Porto: Porto Editora.
- Skeggs, Beverley. 1997. *Formations of Class and Gender: Becoming Respectable*. London: Sage.

Carla Cerqueira. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. É bolsreira de pós-doutoramento em Ciências da Comunicação da FCT. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde tem estado envolvida em projetos e iniciativas na área dos estudos de género, diversidade e média. Foi vice-coordenadora da secção de Género e Comunicação da ECREA e integra a Rede Internacional de Jornalistas com Perspetiva de Género e a equipa coordenadora da Rede GAMAG (Global Alliance on Media and Gender) Europa. Integra organizações científicas e não-governamentais na área dos direitos humanos, igualdade de género e feminismos, bem como o Conselho de Opinião da RTP em representação das ONGs do Conselho Consultivo da CIG. É Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto.

Sara Isabel Magalhães. Licenciada e doutorada em Psicologia pela Universidade do Minho. Atualmente desenvolve o seu projeto de pós-doutoramento no Centro de Psicologia da FPCE da Universidade Porto, olhando as múltiplas dimensões do envelhecimento através das lentes dos estudos feministas dos media, da psicologia social crítica e da teoria da interseccionalidade. É ainda investigadora visitante no Centro Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e da Facultad de Psicología da Universidad de Sevilla. Ativista feminista colabora com várias ONGs nacionais pela igualdade de género e os direitos humanos.